

**ESPECIFICAÇÃO**

**PARA**

**REFORMA DO ALOJAMENTO DOS POLICIAIS MILITARES DO POSTO FISCAL – CRISTINÁPOLIS/SE**

**ARACAJU - SE**



## **ANEXO I - 1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

A presente especificação tem como objeto a Reforma do Alojamento dos Policiais Militares do Posto Fiscal de Cristinápolis, localizada na Rod BR 101 S/N, POSTO FISCAL de Cristinápolis, CEP 49.270-000, Cristinápolis - Sergipe.

A firma contratada deverá entregar os serviços em perfeitas condições, seguindo a orientação da Fiscalização da Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe e de acordo com o especificado a seguir:

### **1.0 CONSIDERAÇÕES GERAIS:**

- As obras e serviços constantes desta Especificação, discriminadas e quantificadas na Planilha Orçamentária, dizem respeito aos seguintes itens básicos:

Serviços Preliminares, Cobertura, Fundação, Vedação, Revestimento, Esquadrias, Pintura, Louças, Instalações Elétricas, Instalações Hidráulicas, Instalações Hidrossanitárias, etc.

- A execução de todos os serviços deve estar rigorosamente de acordo com o projeto arquitetônico fornecido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe, prescrições contidas na presente Especificação, Normas Técnicas da ABNT e Decretos Municipais.
- Na existência de serviços não especificados, a EMPREITEIRA somente poderá executá-los após parecer favorável da SEFAZ.
- A Licitante deverá anexar à proposta declaração de visita ao local da obra e de que conhece as condições para a execução da mesma.

Define-se:

- a. **CONTRATANTE:** Empresa proprietária dos serviços.
  - b. **FISCALIZAÇÃO:** Pessoa física ou jurídica designada pela Contratante para fiscalizar a execução das obras e serviços.
  - c. **EMPREITEIRA:** Empresa contratada pela Contratante para a execução das obras e serviços.
- 1.1. As grandezas constantes desta Especificação Técnica são expressas em unidades legais e as convenções para indicação das mesmas, assim como as abreviaturas, são, normalmente, as consagradas pelo uso. Siglas e abreviaturas pouco usuais serão explicitadas no decorrer do texto.
  - 1.2. As citações e recomendações aqui contidas orientam e complementam as informações existentes no detalhe fornecido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe.



- 1.3. Fica reservado à Contratante o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular e porventura omissos nestas Especificações e que não seja definido em outros documentos contratuais, como o próprio contrato ou desenhos de detalhe fornecido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe.
- 1.4. Deverá ser seguido, orçamento, projetos e especificações fornecidos pela Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe, entretanto, no surgimento de quaisquer dúvidas, deverá ser consultada a Fiscalização antes da execução dos Serviços.
- 1.5. Todo o andamento da obra deverá ser registrado no Livro de Ocorrências, e qualquer modificação a ser feita no escopo da obra deverá estar autorizado, por escrito, pela Fiscalização, no Livro de Ocorrências.

## **2.0 RELACIONAMENTO CONTRATANTE - EMPREITEIRA**

- 2.1 A obra será fiscalizada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe por meio da sua Subgerência de Infraestrutura, doravante indicada pelo nome de FISCALIZAÇÃO.
- 2.2 Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, por qualquer elemento da EMPREITEIRA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições desta Especificação e do Contrato, bem como de tudo que estiver contido nos Projetos, nas Normas, Especificações e Métodos da ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.
- 2.3 A EMPREITEIRA deve acatar de modo imediato às ordens da FISCALIZAÇÃO, dentro destas Especificações e do Contrato.
- 2.4 Ficam reservados à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso, omissos, não previsto no Contrato, nestas Especificações, no Projeto Arquitetônico e em tudo o mais que, de qualquer forma, se relacione ou venha a se relacionar, direta ou indiretamente, com a obra em questão e seus complementos.
- 2.5 A EMPREITEIRA deve ter e colocar à disposição da FISCALIZAÇÃO, permanentemente, os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados bem como a inspeção das instalações da obra, dos materiais e dos equipamentos, independentemente das inspeções de medições para efeito de faturamento e, ainda, do estado da obra e do canteiro de trabalho.
- 2.6 A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da EMPREITEIRA no que concerne às obras e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o Contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.



- 2.7 A FISCALIZAÇÃO pode exigir da EMPREITEIRA, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra.
- 2.8 Pela EMPREITEIRA, a condução geral da obra deve ficar a cargo de pelo menos um ENGENHEIRO RESIDENTE, registrado no CREA. Esse Engenheiro deve ser auxiliado por um Encarregado devidamente habilitado. Antes do início dos serviços a EMPREITEIRA deve apresentar oficialmente à CONTRATANTE o seu quadro técnico responsável pela obra. Quaisquer modificações devem ser comunicadas previamente à FISCALIZAÇÃO para conhecimento e aprovação.
- 2.9 Todas as ordens dadas pela FISCALIZAÇÃO ao(s) Engenheiro(s) condutor(es) da obra devem ser consideradas como se fossem diretamente à EMPREITEIRA; por outro lado, todo e qualquer ato efetuado ou disposição tomada pelo(s) referido(s) Engenheiro(s), ou ainda omissões de responsabilidade do(s) mesmo(s), devem ser consideradas para todo e qualquer efeito como tendo sido da EMPREITEIRA.
- 2.10 O(s) Engenheiro(s) condutor(es) da obra e os encarregados, cada um no seu âmbito respectivo, devem estar sempre em condições de atender à FISCALIZAÇÃO e prestar-lhe todos os esclarecimentos e informações sobre o andamento dos serviços, a sua programação, as peculiaridades das diversas tarefas e tudo o mais que a FISCALIZAÇÃO reputar necessário ou útil e que se refira diretamente à obra e suas implicações.
- 2.11 O quadro de pessoal da EMPREITEIRA empregado na obra deve ser constituído de elementos competentes, hábeis e disciplinados, qualquer que seja a sua função, cargo ou atividade. A EMPREITEIRA é obrigada a afastar imediatamente do serviço e do local de trabalho todo e qualquer elemento julgado pela FISCALIZAÇÃO com conduta inconveniente e que possa prejudicar o bom andamento da obra, a perfeita execução dos serviços e a ordem geral do canteiro.
- 2.12 A FISCALIZAÇÃO tem plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente por motivos técnicos, de segurança, disciplinar ou outros. Em todos os casos, os serviços só podem ser reiniciados por outra ordem da FISCALIZAÇÃO.
- 2.13 A EMPREITEIRA não pode executar qualquer serviço que não seja autorizado pela FISCALIZAÇÃO, salvo os eventuais de emergência.
- 2.14 A EMPREITEIRA deve manter permanentemente na obra um livro para registro diário de todas as ocorrências relacionadas com a obra. Tal livro deve ter folhas numeradas, em duas vias, e destacáveis, e devem ser rubricadas pela FISCALIZAÇÃO.
- 2.15 A citação específica de uma norma, especificação, etc. em algum item, não elimina o cumprimento de outras aplicáveis ao caso.



- 2.16 Antes da entrega das obras devem ser reparados pela EMPREITEIRA todos os defeitos e avarias verificados nos serviços acabados, qualquer que seja a causa que os tenham produzido, ainda que este reparo importe na remoção integral dos serviços executados.

### **3.0 RESPONSABILIDADE DA EMPREITEIRA**

- 3.1 A responsabilidade da empreiteira é integral para a obra contratada nos termos do Código Civil Brasileiro. A presença da fiscalização não implica na diminuição da referida responsabilidade.
- 3.2 É de inteira responsabilidade da empreiteira a reconstituição de quaisquer danos e avarias causados a serviços realizados, motivados pela construção.
- 3.3 A empreiteira tomará as precauções e cuidados necessários, no sentido de garantir inteiramente a estabilidade das estruturas, elevações, equipamentos, mobiliários, canalizações e redes que possam ser atingidas, pavimentação das áreas adjacentes e outras propriedades de terceiros, e ainda, à segurança dos operários e transeuntes durante a execução de todas as etapas da obra, pois qualquer dano, avaria, trincadura, etc., causados a serviços ali existentes serão de sua inteira e única responsabilidade, e as despesas efetuadas na reconstituição de qualquer serviço correrão por sua conta.
- 3.4 Os ensaios, testes e demais provas exigidas pela fiscalização e normas técnicas oficiais para boa execução da obra correrão sempre por conta da empreiteira, devendo-se observar os métodos adequados preconizados nas normas da ABNT.
- 3.5 Não serão aceitos os serviços executados com materiais que não tenham sido previamente aprovados pela fiscalização.
- 3.6 A solicitação de aprovação do material a ser utilizado será feita pela empreiteira à fiscalização, por escrito, através do Livro de Ocorrência, anexando-se as amostras que se fizerem necessárias. A fiscalização não tomará conhecimento de materiais que por ventura existam no canteiro e que não tenham sido encaminhados à aprovação, de acordo com a discriminação acima, podendo inclusive solicitar sua remoção no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sendo de responsabilidade e ônus da empreiteira esta retirada. Uma vez aprovados os materiais a serem utilizadas, as demais partidas ficarão sujeitas à aceitação pela Fiscalização, sendo impugnadas as que estejam em desacordo com a(s) amostra(s) já aprovada(s) e com o estabelecido nas especificações dos referidos materiais.
- 3.7 A empreiteira, sob pretexto algum, poderá argumentar desconhecimento do local onde irá implantar a referida obra.
- 3.8 Todo e qualquer serviço mencionado e qualquer documento que venha a integrar o Contrato (plantas, cortes, detalhes, memorial, especificações, etc.) e que não esteja



- 3.9 incluído nos planos da CONTRATANTE deverá ser executado, obrigatoriamente, sob a responsabilidade da empreiteira, sob pena de embargo.
- 3.10 Caberá à empreiteira verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos pela CONTRATANTE, comunicando a esta qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada, que desaconselhe ou impeça a sua execução.  
A não observância destes dispositivos transferirá à empreiteira todas as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.
- 3.11 Todos os detalhes construtivos que forem necessários à continuidade dos serviços, bem como a definição da metodologia necessária e que não tenham sido fornecidos pela CONTRATANTE, serão elaborados unicamente pela EMPREITEIRA, e deverão ser apresentados em impressão do tipo plotagem e em meio magnético digitalizados no Autocad versão 2007, aprovados pelos órgãos competentes, quando for o caso, para aprovação final da CONTRATANTE, sob pena de embargo, podendo somente ser executado após aprovação por escrito da FISCALIZAÇÃO.
- 3.12 Deve a empreiteira facilitar por todos os meios os trabalhos da fiscalização, mantendo inclusive no escritório (local da obra), em lugar adequado, em perfeita ordem e em bom estado de conservação uma cópia completa de todos os detalhes, especificações, caderno de obras, ordem de serviço e livro de ocorrência.
- 3.13 Deverá a empreiteira efetuar a limpeza periódica da obra com a remoção dos entulhos resultantes, tanto no interior da mesma como no canteiro de serviço.
- 3.14 No caso de não estarem os trabalhos sendo conduzidos perfeitamente de acordo com os desenhos, detalhes, especificações e instruções fornecidas, ou aprovadas, ou de modo geral com as regras da arte de construir, poderá a CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como a demolição e reconstrução dos mesmos, que será realizada com ônus da Empreiteira. Do mesmo modo, deverão ser removidos do canteiro de obras, pela Empreiteira, ou materiais resultantes dessas demolições e aqueles que não atenderem aos padrões de aceitação estabelecidos e que não são do interesse da CONTRATANTE.

#### **4.0 SEGURANÇA DAS OBRAS**

##### **4.1 Prevenção Contra Acidentes**

- 4.1.1 Na execução dos trabalhos, deve haver proteção contra o risco de acidente com o pessoal da EMPREITEIRA e com terceiros, independentemente da transferência daquele risco a Companhias ou Institutos Seguradores.
- 4.1.2 Para isso, a EMPREITEIRA deve cumprir fielmente o estabelecido na legislação nacional no que concerne à segurança (nesta cláusula incluída a higiene do trabalho), bem como



obedecer a todas as normas, a critério da FISCALIZAÇÃO, apropriadas e específicas para a segurança de cada tipo de serviço.

4.1.3 Em caso de acidentes no canteiro ou local de trabalho, a EMPREITEIRA deverá:

- prestar todo e qualquer socorro imediato às vítimas;
- paralisar imediatamente a obra no local do acidente, a fim de evitar a possibilidade de mudanças das circunstâncias relacionadas com o mesmo;
- solicitar imediatamente o comparecimento da FISCALIZAÇÃO no lugar da ocorrência, relatando o fato.

4.1.4 Para cada categoria profissional, e em função do tipo de serviço, devem ser providenciados pela EMPREITEIRA os equipamentos de segurança adequados à proteção de seu pessoal, tais como: botas, capacetes, luvas, óculos de proteção, máscaras, capas de chuva, macacões, etc., devendo ainda todo funcionário possuir crachá de identificação.

4.1.5 A EMPREITEIRA deve manter livre o acesso ao equipamento contra incêndio, a fim de poder combater eficientemente o fogo numa possível eventualidade, ficando expressamente proibida a queima de qualquer espécie de madeira ou qualquer outro material no local da obra.

## **5.0 VIGILÂNCIA**

5.1 No canteiro de trabalho, a EMPREITEIRA deve manter diariamente, durante as 24 (vinte e quatro) horas, um sistema eficiente de vigilância, efetuado por número apropriado de homens idôneos, devidamente habilitados e uniformizados, munidos de apitos, e eventualmente de armas, com respectivo “porte” concedido pelas autoridades policiais, podendo isto ser desnecessário, somente mediante ordem escrita da FISCALIZAÇÃO.

5.2 A EMPREITEIRA é a única responsável pela segurança, guarda e conservação de todos os equipamentos, ferramentas e utensílios e ainda pela proteção destes e das instalações da obra.

5.3 Qualquer perda ou dano sofrido no material, equipamento ou instrumental, eventualmente entregue pela Contratante à EMPREITEIRA, será avaliado pela FISCALIZAÇÃO.

5.4 A EMPREITEIRA é responsável integralmente por danos causados à Contratante e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia ou omissão.

5.5 Deve ser proibida a entrada no canteiro de obras de pessoas estranhas ao serviço, a não ser que estejam autorizadas pela Contratante ou pela EMPREITEIRA.

5.6 A EMPREITEIRA deve tomar todas as precauções e cuidados no sentido de garantir inteiramente a integridade de áreas adjacentes, pavimentações, canalizações, redes



elétricas e outras propriedades de terceiros que possam ser atingidas, e ainda a segurança de operários e transeuntes, durante a execução de todas as etapas da obra.

## **6.0 LICENÇAS E MULTAS**

- 6.1 As licenças e multas impostas pela Prefeitura Municipal, tributos e selagens, serviços auxiliares, ligações provisórias e definitivas de todas as instalações correrão por conta da Empreiteira, inclusive aqueles relativos ao CREA e INSS.
- 6.2 A Empreiteira também será responsável pela obtenção das licenças requeridas pelos órgãos de proteção ao meio-ambiente (ADEMA e IBAMA) para exploração de jazidas de empréstimo e para constituição de bota-foras, tudo de acordo com a metodologia de construção e respectivos detalhes construtivos que não estejam incluídos nos planos fornecidos pela CONTRATANTE e que sejam necessários à execução dos trabalhos.
- 6.3 Registro da Obra no CREA e no INSS
- 6.4 Os registros no CREA e no INSS deverão ser efetuados pela Empreiteira em tempo hábil, devendo-se apresentar cópia das matrículas, em ambos os Órgãos, à fiscalização.
- 6.5 Seguros de Operário e Seguro Contra Fogo
- 6.6 A empreiteira, de acordo com as exigências da C.L.T. e do DEPARTAMENTO NACIONAL DE SEGURANÇA E HIGIENE DO TRABALHO, será a única responsável por quaisquer acidentes nos trabalhos sofridos pelos seus operários e terceiros. Quaisquer danos provocados por incêndio, ocorrerão por exclusiva responsabilidade do empreiteiro que manterá inclusive extintores contra incêndio no local dos serviços. O uso de capacetes, luvas e outros equipamentos de segurança, pelos operários, serão obrigatórios, e os mesmos serão fornecidos pela Empreiteira.

## **7.0 TAPUMES**

- 7.1 Os tapumes, se necessários, serão construídos obedecendo às normas da Prefeitura Municipal e de acordo com a Fiscalização.
- 7.2 Deverão ser previstos portões com dimensionamento apropriado para a entrada de materiais, operários e veículos.
- 7.3 Tanto as chapas de vedação quanto os elementos de sustentação dos tapumes devem ser pintados externamente com tinta óleo branca sem massa corrida, com modelos, dizeres e cores definidos pela Contratante. Tal medida objetiva facilitar a manutenção do tapume, de forma rápida e a baixo custo.
- 7.4 Deve ser provida permanente manutenção na parte externa do tapume, com pinturas periódicas, de forma a garantir sua constante limpeza e visibilidade.





## **8.0 TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO**

### *8.1 Trânsito*

A execução de qualquer serviço deve procurar minimizar as interferências dos trabalhos sobre o trânsito de veículos e pedestres, providenciando-se, previamente, os passadiços e desvios necessários, devidamente sinalizados e iluminados, conforme as exigências das autoridades competentes ou entidades concessionárias dos serviços de transporte, proporcionando, assim, a devida segurança para o público, obra e pessoal envolvidos nos serviços.

### *8.2 Sinalização*

A EMPREITEIRA deverá, antes do início efetivo dos serviços, apresentar Plano de Sinalização devidamente aprovado pelos órgãos competentes. Independentemente do que for exigido por esses órgãos.

A Contratante exigirá, no mínimo, a sinalização preventiva com cavaletes e placas de barragem, cones de borracha, etc.

## **9.0 NORMAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO NAS OBRAS**

9.1 Estas Normas prevêm medidas de proteção aos operários e terceiros, durante a implantação das obras.

9.2 Constituem estas Normas uma adaptação das “NORMAS PARA SEGURANÇA DO TRABALHO NAS ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO CIVIL”, do MTPS, aprovadas em Portaria n.º 46 de 19 de fevereiro de 1962.

### *Manipulação e Estoque de Materiais*

9.3 O empilhamento dos materiais de um modo geral, deverá ser feito de modo que:

- permita livre circulação do pessoal;
- não se apóie em divisórias ou paredes que não ofereçam a resistência necessária;
- não fique na altura que prejudique sua estabilidade;
- O peso do material armazenado sobre um piso não deve ultrapassar sua capacidade de suporte.
- Sacos, caixas ou engradados deverão ser empilhados observando-se a arrumação das diversas fiadas.

9.4 O empilhamento de madeira deverá obedecer ao seguinte:

- As peças serão empilhadas sobre calços que impeçam o contato e permitam a circulação do ar;
- As peças de madeira usadas serão prontamente limpas e terão os pregos arrancados ou rebatidos antes de serem empilhadas em local indicado pela FISCALIZAÇÃO e o mais breve possível.



- 9.5 Os tubos, barras e vergalhões deverão ser armazenados de modo que possam ser manipulados sem oferecer perigo.
- 9.6 Cuidado especial deve ser dedicado aos materiais tóxicos, corrosivos, inflamáveis ou explosivos; os mesmos deverão ser armazenados ou manipulados de acordo com as precauções, previstas nas normas de segurança respectivas.
- 9.7 A extinção de cal deve ser efetuada em local apropriado, paulatinamente, de modo que se evite reações violentas.

#### *Máquinas e Acessórios*

- 9.8 Em todo o canteiro da obra deverá haver um responsável pela conservação e funcionamento da maquinaria.
- 9.9 As partes móveis dos motores, transmissões e as partes perigosas das máquinas acionadas, serão protegidas sempre que estejam ao alcance dos trabalhadores.
- 9.10 As máquinas serão equipadas com dispositivo de partida que evitem risco para o operador.
- 9.11 Os cabos de aço dos guindastes, elevadores, guinchos etc., deverão ser substituídos quando apresentarem mais de 10% de pernas rompidas dentro de um trecho de 0,50 m de comprimento.
- 9.12 Nas paradas temporárias ou prolongadas, os operadores colocarão as máquinas na posição de descanso, com os freios aplicados e os aparelhos de controle na posição neutra.
- 9.13 Nas áreas de trabalho das máquinas, somente poderão permanecer o operador e pessoas autorizadas.
- 9.14 Os operadores das máquinas não poderão se afastar das mesmas quando os motores que as acionam estiverem em movimento e as embreagens ligadas.  
As máquinas deverão ser inspecionadas com frequência, dando-se especial atenção:
  - a. freios,
  - b. mecanismo de direção;
  - c. cabos de tração,
  - d. dispositivos de segurança.

## **10. FERRAMENTAS DIVERSAS**

- 10.1. As ferramentas manuais deverão ser de material de boa qualidade e apropriadas ao uso a que se destinam.



10.2. Ferramentas defeituosas serão de uso proibido. As ferramentas manuais não devem ser abandonadas sobre passagens, escadas e locais semelhantes.

10.3. A utilização de ferramentas pneumáticas portáteis obedecerá ao seguinte:

10.4. Os dispositivos de partida serão colocados de maneira que seja reduzida ao mínimo a possibilidade de funcionamento acidental;

10.5. A válvula de entrada de ar fechar-se-á automaticamente quando cessar a pressão da mão do operador sobre o dispositivo de partida;

10.6. As mangueiras e conexões serão projetadas para resistir às pressões de serviços, devendo ser firmemente presas aos tubos de saída e mantida fora das vias de circulação para evitar que venham a ser danificada;

10.7. A ferramenta deve ser retirada com a mão, e não expulsa pela pressão do ar.

A utilização de ferramentas elétricas obedecerá ao seguinte:

10.8. Os dispositivos de partida serão colocados de maneira que seja reduzida à mínima possibilidade de funcionamento acidental;

10.9. A alimentação da corrente será interrompida automaticamente ao cessar a pressão da mão do operador sobre o dispositivo de partida;

10.10. A tensão máxima utilizável será de 220 volts;

10.11. As ferramentas terão a carcaça ligada a um fio terra;

10.12. O canteiro da obra terá uma instalação elétrica provisória, com derivações próximas aos locais de trabalho, a fim de reduzir o comprimento dos cabos de ligação das ferramentas;

10.13. As serras circulares portáteis terão coifas de proteção.

## **11.0 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**

11.1. As partes expostas dos circuitos e dos equipamentos elétricos devem ser protegidas contra contatos acidentais.

11.2. As instalações elétricas devem ser executadas de maneira que não fiquem expostas a danos causados por impactos ou quedas de materiais.

11.3. As derivações para alimentação dos equipamentos elétricos devem ser protegidas por chaves blindadas com fusíveis.

11.4. As instalações devem ter as conexões ou emendas devidamente isoladas.



11.5. As instalações de alta tensão devem estar em local isolado sendo proibido o acesso ao mesmo, de pessoal não habilitado.

11.6. No transporte de peças ou equipamentos devem ser tomadas precauções para evitar o contato com redes de alta tensão.

## **12.0 DIVERSOS**

12.1. As áreas de trabalho e vias de acesso devem ser mantidas limpas, tanto quanto possível. As madeiras usadas serão empilhadas depois de removidos ou rebatidos os pregos.

12.2. As dependências provisórias de contorno da obra, quando expostas à queda de objetos de grande altura, terão cobertura de material resistente.

12.3. É obrigatória a existência de meios de combate a incêndio, nos termos da Portaria n.º 31 de 06 de abril de 1954, do MTPS.

12.4. É obrigatório o emprego de cinto de segurança nas operações em que haja perigo de queda de grande altura e onde não seja possível a construção de andaimes.

12.5. É obrigatórios o fornecimento e uso de capacetes de segurança em todas as operações em que haja risco de objetos ou choques sobre a cabeça do trabalhador.

12.6. É obrigatórios o fornecimento e uso de óculos, viseiras e luvas de proteção adequadas, quando a natureza dos serviços o exigir.

12.7. É obrigatório o fornecimento e uso de botas impermeáveis nos trabalhos executados em terrenos encharcados.

## **13.0 EXPURGO**

13.1. O entulho e os materiais não sujeitos a reaproveitamento de qualquer demolição, devem ser transportados pela EMPREITEIRA e levados a bota-fora em locais a critério da mesma e aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

13.2. A escolha, a autorização para uso, o preparo e a manutenção das áreas de bota-fora é de exclusiva responsabilidade da EMPREITEIRA.

## **14.0 DETALHES**

14.1. As obras a serem executadas devem obedecer ao Projeto de Arquitetura, detalhes e especificações existentes, além de planos de construção a serem elaborados pela Empreiteira e aprovados pela Fiscalização.

14.2. No caso de eventuais divergências entre elementos, devem ser obedecidos os seguintes critérios:



- 14.3. Divergência entre as cotas assinaladas e as suas dimensões medidas em escala: prevalecem as primeiras, mediante aprovação da FISCALIZAÇÃO;
- 14.4. Divergência entre desenhos de escalas diferentes: prevalecem os de maior escala (denominador menor da relação modular), mediante aprovação da FISCALIZAÇÃO;
- 14.5. Divergências entre os elementos não incluídos nos dois parágrafos anteriores: prevalecem os critérios e interpretação da FISCALIZAÇÃO, para cada caso.
- 14.6. No canteiro de trabalho deve ser mantido, em bom estado, pelo menos um jogo de plantas, memoriais e especificações do detalhe fornecido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe, para consultas pela FISCALIZAÇÃO.

## 15.0 GENERALIDADES:

- a) Estas especificações têm como objetivo estabelecer as normas e condições para a execução de **Reforma do Alojamento dos Policiais Militares do Posto Fiscal de Cristinápolis** e objetiva racionalizar as informações relativas aos serviços a serem executados e que serão relacionados especificamente para cada serviço. Quando algum item da relação de serviços não for contemplado nesta especificação, será pormenorizado na própria relação de serviços a executar, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão de obra, com leis sociais, equipamentos, impostos e taxas, assim como todas as despesas necessárias à completa execução da obra pela empresa contratada.
- b) Ficam fazendo parte integrante das presentes especificações no que forem aplicadas:
- c) O Decreto 52.147 de 25/06/63, que estabelece as Normas e Métodos de execução para Obras e Edifícios Públicos.

As Normas Brasileiras aprovadas pela **ABNT**.

- d) Regulamentos, especificações e recomendações da SULGIPE, DESO e CORPO DE BOMBEIROS e demais órgãos.
- e) As empresas interessadas na licitação ficam obrigadas a **inspecionar o local** e o logradouro onde a obra será executada, antes de apresentarem suas propostas, para que verifiquem a situação real dos serviços que serão realizados, observando suas particularidades, assim como com relação à energia e abastecimento.
- f) A contratada será responsável todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à CONTRATANTE comprovante de quitação com os órgãos competentes.
- g) Os projetos a serem elaborados serão de responsabilidade da contratada, que deverá ter a sua anotação de responsabilidade técnica referente a obra em comento.
- h) Será de responsabilidade da Contratada estudos e ensaios de caracterização do Sub-Solo, uma vez que esta assumirá inteira responsabilidade pela resistência e estabilidade dos serviços a serem executados, como também deverão ser feitos testes de absorção e análise de agressividade das águas subterrâneas que julgar necessárias, com no mínimo 03 (três) furos de sondagem.
- i) Esta especificação relaciona os serviços a serem executados nos locais citados acima e ou listados nos anexos, devendo a Empreiteira observar as formas de execução descritas no Caderno de Encargos do CEHOP/SEFAZ contido no sistema ORSE.



## **16.0 DISPOSIÇÕES GERAIS:**

### **16.1. DISCREPÂNCIAS E INTERPRETAÇÕES:**

16.1.1 **VERIFICAÇÃO PRELIMINAR:** Compete à firma empreiteira fazer minucioso estudo, verificação e comparação de todos os desenhos dos Projetos, Especificações e demais elementos integrantes da documentação técnica fornecida pela **SEFAZ/SE**, bem como providenciar os registros nos órgãos competentes.

16.1.2 **INTERPRETAÇÃO:** Para efeito de interpretação de divergências entre as especificações, e os desenhos dos projetos, prevalecerão as especificações. Em caso de surgirem dúvidas, caberá a **SEFAZ/SE** esclarecer.

Os valores dos insumos dos serviços afins, que não constarem explicitamente na **Planilha de Quantidades**, deverá ser considerado nas composições de custos dos referidos serviços.

**Nestas especificações deve ficar perfeitamente claro que todos os casos de caracterização de materiais ou equipamentos por determinada marca, fica subentendido a alternativa “ou Similar” a juízo da Fiscalização.**

Todos os materiais empregados na obra serão novos e comprovadamente de primeira qualidade; o contratado só poderá usar qualquer material depois de submetê-lo à aprovação da FISCALIZAÇÃO, à qual caberá impugnar o seu emprego quando em desacordo com as normas aqui estabelecidas. As amostras dos materiais aprovados pela FISCALIZAÇÃO, depois de convenientemente autenticadas por esta e pelo contratado, serão cuidadosamente conservadas no canteiro da obra até o fim dos trabalhos, de forma a facilitar a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência aos materiais empregados.

**Por tratar-se de SERVIÇO DE Reforma do Alojamento dos Policiais Militares do Posto Fiscal de Cristinápolis, os materiais selecionados deverão ter as mesmas especificações dos existentes; serão admitidos aqueles de melhor qualidade. Nunca de inferior.**

Devem ser realizadas demolições, retiradas e reassentamentos de revestimentos, instalações elétrica, lógica, substituição de pontos de luz, pintura e tudo mais necessário à estabilidade, solidez e funcionamento da edificação.

**OS SERVIÇOS/QUANTIDADES SERÃO EXECUTADOS DE ACORDO COM A DEMANDA/NECESSIDADE SOLICITADA PELA SEFAZ.**



#### 16.2. **OCORRÊNCIA E CONTROLE:**

A Contratada ficará obrigada a manter na obra um **Livro Diário de Obras**, destinado a anotação pela Contratada, sobre o andamento da obra ou serviços, bem como, observações a serem feitas pela Fiscalização.

#### 16.3. **MATERIAIS A EMPREGAR:**

O emprego de qualquer material **com maior ênfase para os pré-moldados**, que estarão sujeitos à fiscalização, que decidirá sobre a utilização dos mesmos.

**Todos os materiais deverão ser previamente aprovados pela Fiscalização, antes da sua aplicação.**

A Contratada será obrigada a mandar retirar qualquer material impugnado pela Fiscalização, dentro do prazo estipulado e devidamente registrado no **Livro de Diário de Obras**, se o material for aplicado sem aprovação da Fiscalização.

#### 16.4 **FISCALIZAÇÃO:**

A Fiscalização será exercida por funcionário designado pela **SEFAZ/SE, através do Gestor do Contrato.**

Cabe ao funcionário designado, verificar o andamento dos serviços e elaborar relatórios e outros elementos informativos.

O responsável pela fiscalização, respeitará rigorosamente, o Projeto e suas Especificações, devendo a **SEFAZ/SE**, ser consultado para toda e qualquer modificação.

#### 16.5. **COMUNICAÇÃO E SOLICITAÇÃO:**

Toda comunicação e solicitação deverão ser registradas no **Livro Diário de Obras** e quando necessário, através de Ofício ou Memorando.

#### 16.6. **PRONTO SOCORRO:**

A Contratada deverá manter, um kit de primeiros socorros para atendimento dos operários que venham sofrer acidentes no local dos serviços.

#### 16.7. **ADMINISTRAÇÃO DA OBRA OU SERVIÇOS:**

A Contratada deverá manter na direção dos serviços, um preposto seu com conhecimentos técnicos que permita a execução com perfeição de todos os serviços, além dos demais elementos necessários à perfeita administração dos mesmos.

A Contratada deverá comunicar com antecedência a **SEFAZ/SE**, o nome do engenheiro responsável, com suas prerrogativas profissionais.



A **SEFAZ/SE** fica no direito de exigir a substituição do profissional indicado, no decorrer dos serviços, caso o mesmo demonstre insuficiente perícia nos trabalhos ou indisposição em executar as ordens da Fiscalização.

A Contratada deverá montar um escritório na obra, quando necessário, com dependências confortáveis para uso da Fiscalização, dotado de pessoal e material necessário ao perfeito funcionamento e atendimento dos serviços de construção.

A vigilância será ininterrupta, por conta da Contratada, quando necessário, até o recebimento definitivo da obra.

#### **16.8. LIMPEZA DA OBRA:**

Permanentemente deverá ser executada a limpeza da obra para evitar a acumulação de restos de materiais, bem como periodicamente todo o entulho proveniente da limpeza, deve ser removido para fora e colocado em local conveniente.

#### **17.0 SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:**

##### **17.1 SERVIÇOS PRELIMINARES:**

**17.1.1 DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES:** As demolições serão efetuadas dentro da mais perfeita técnica, tomando os devidos cuidados para evitar danos aos demais elementos construtivos do prédio.

Os materiais remanescentes das demolições e que não forem reaproveitados na obra serão transportados pelo empreiteiro contratado, desde que não haja outras instruções a respeito do local para depósitos indicados pela Fiscalização.

Será procedida periódica remoção de todo o entulho e detritos que se venha a acumular no terreno, no decorrer da obra.

##### **17.1.2 DEMOLIÇÕES DE REVESTIMENTOS**

###### **17.1.2.1 DE REVESTIMENTO CERÂMICO**

A demolição dos revestimentos cerâmicos, como dos pisos, consistirá na retirada dos materiais, azulejos ou lajotas, com o cuidado necessário à que se obtenha a maior quantidade possível de peças reutilizáveis. A retirada do emboço deverá deixar “em osso” as áreas envolvidas, sendo nessa oportunidade retiradas as tubulações, caixas e ferragens existentes.

##### **17.1.3 DEMOLIÇÕES DE ALVENARIA**

###### **17.1.3.1 DE BLOCO CERÂMICO**

A demolição da alvenaria convencional consistirá na retirada de materiais, blocos cerâmicos, revestimentos e demais instalações, com o cuidado necessário à que se obtenha segurança e o menor desconforto possível, para os ocupantes daquele local.





#### 17.1.4 REMOÇÃO DE ESQUADRIAS

##### 17.1.4.1 DE MADEIRA

A esquadria de madeira constituirá na retirada de portas, sem reutilização das mesmas, tomando os devidos cuidados para evitar danos aos demais elementos construtivos do prédio. Serão transportados pelo empreiteiro contratado, desde que não haja outras instruções a respeito do local para depósitos indicados pela Fiscalização.

#### 18.0 FUNDAÇÃO

A escavação manual de vala ou cava em material de 1ª categoria, com profundidade de até 1,50m.

Fundação em alvenaria de pedra calcária, utilizando argamassa com cimento e areia, com traço de 1:5.

Concreto armado de fck= 15Mpa fabricado na obra, adensado e lançado, para argolamento superior da fundação, com formas planas em compensados resinados.

#### 19.0 ESTRUTURA, ELEVAÇÃO E REVESTIMENTO

19.1 **VEDAÇÃO:** As paredes serão feitas através de bloco cerâmico de vedação 9x19x24cm, assentados com argamassa 1:2:8, com junta de 2 cm.

19.2 **CHAPISCO:** Todas as paredes de alvenaria interna e externas e superfícies de concreto armado, serão chapiscadas com argamassa de cimento e areia no traço 1:3(cimento/areia), com areia grossa de 3mm até 5mm de diâmetro, com predominância de grãos de diâmetro de 5mm.

19.3 **EMBOÇO:** Para recebimento de cerâmica, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicado de forma manual em faces internas de paredes, espessura de 10mm, com execução de taliscas. A granulometria de areia será média, com diâmetro máximo de 3mm.

19.4 **REBOCO:** Reboco de parede, com argamassa traço 1:2:10 (cimento/cal/areia), com espessura de 1,5cm.

19.5 **VERGA E CONTRAVERGA:** Serão construídas vergas em novas portas e janelas, e contravergas na construção de novas janelas, seguindo as regras e recomendações da NBR 8545/1984-Execução de alvenaria sem função estrutural de tijolos e blocos cerâmicos – Procedimento.

19.6 **CERÂMICA:** Nos locais onde houver demolição e posterior reposição de revestimento o qual será tipo A, na cor (PADRÃO EXISTENTE NO PRÉDIO). O assentamento do material será com juntas a prumo de 5 mm e com o emprego de argamassa pré-fabricada. Os revestimentos das paredes que apresentarem deficiências ou forem danificados, devem ser removidos. O assentamento será sobre emboço fartamente molhado e executado por pessoal especializado.



19.7 **FORRO DE GESSO:** Forro de gesso comum, em placas de 60x60 cm com isolamento em lã de vidro, inclusive madeiramento com ripões 3,5cm x 5,5cm.

19.8 **PINTURA:** - Pintura de acabamento com aplicação de 02 demãos de esmalte sintético sobre superfície metálica - R1, para os portões antigos e corrimão;  
- Pintura de acabamento com aplicação de 02 demãos de tinta PVA látex para interiores / exteriores - cores especiais misturadas em máquina, tons claros (marfim, pérola, etc.);  
- Pintura para interiores, sobre paredes ou tetos, com lixamento, aplicação de 01 demão de líquido selador, 02 demãos de massa corrida e 02 demãos de tinta para látex convencional para interiores.

## 20.0 COBERTURA

### 20.1 REVISÃO DA COBERTURA

Deverá avaliar/realizar estudo da cobertura existente do depósito e executar prováveis reparos e substituições, como trocas de telhas fibrocimento e impermeabilizações pontuais nos parafusos.

## 21.0 ESQUADRIAS

### 21.1 PORTAS:

- Porta em madeira de lei, almofada, 0,80x2,10m, incluindo batentes e ferragens, assentadas, que dão acesso aos alojamentos da Emdagro e dos Policiais
- Porta em madeira compensada (canela), lisa, semi oca, 0,80x2,10m, incluindo batente e ferragens, as que dão acesso ao alojamento;
- Porta em madeira compensada (canela), lisa, semi oca, 0,70x2,10m, incluindo batente e ferragens, darão acesso aos banheiros;
- Porta em madeira compensada (canela), lisa, semi oca, 0,60x1,60, para pintura, incluindo ferragens (livre/ocupado), exclusive batente, para uso em divisórias granito ou mármore, darão acesso as cabines dos sanitários.

### 21.2 JANELAS:

- AS janelas a serem colocadas serão do tipo fixa de alumínio, inclusive vidro, de correr, com batente e ferragens. Na cozinha e no alojamento, seguindo a padronização existente.

## 22.0 INSTALAÇÕES

### 22.1 ELÉTRICA:

Todas as instalações elétricas, deverão ser revisadas e recuperadas com substituição, quando necessário, de equipamentos e acessórios (refletor, lâmpadas, reatores, start, tomadas, interruptores, quadros, etc) de tal maneira que a rede fique em perfeito funcionamento.

Toda a instalação elétrica deverá seguir as normas vigentes e de acordo com as recomendações da concessionária local.

As instalações elétricas nas paredes divisórias tais como pontos de tomadas, interruptores serão executadas após a instalação das divisórias.



Será executada de acordo com a **Planilha Orçamentária e Projetos**, bem como obedecer às recomendações abaixo:

- a) Os eletrodutos serão de PVC rosqueável;
- b) Os fios e cabos serão da marca Pirelli ou similar, com bitola mínima de 2,5mm<sup>2</sup>;
- c) As tomadas e interruptores serão de embutir do tipo PIAL linha classic ou similar com espelho (PADRÃO EXISTENTE NO PRÉDIO), e onde houver necessidade deverão ser de sobrepor;
- d) As tomadas serão do tipo: 2P+T padrão existente (20A - 250V), similares às existentes; 2P+T padrão existente (20A - 250V), similares às existentes;
- e) A fiação terá isolamento termoplástico para 600V, ou 1.000V, no caso seja subterrânea;
- f) As derivações e pontos de força serão executados através de caixa de PVC;
- g) As luminárias serão de alumínio de embutir com duas lâmpadas led (2x 20w). OBS: qualquer divergência entre a planilha orçamentaria e a especificação neste item, prevalece a especificação;
- h) - Ponto de tomada 3p para chuveiro elétrico até 4000 Va, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4", incluindo aterramento.

## 22.2 INSTALAÇÕES HIDRO SANITÁRIAS

Deverá ser executado pontos de água e esgoto, para o ponto de água, deverá ser utilizado tubulação em PVC rígido soldável DN 25mm, mantendo o padrão existente, conforme o projeto arquitetônico.

Para o ponto de esgoto, deve-se utilizar tubulação em PVC rígido soldável seguindo os diâmetros adotados no projeto, por ventura existente, com tratamento adequado para cada situação, mantendo o padrão existente, conforme o projeto arquitetônico.

Observação: Deverá ser elaborado um projeto hidro sanitário para as adequações feitas no alojamento dos policiais militares.

## 23.0 LOUÇAS E METAIS

23.1 **VASOS SANITÁRIOS:** Vaso sanitário sifonado, com caixa acoplada, louça branca, alocando-os nos novos ambientes e onde há necessidade de substituição, mantendo o padrão existente, conforme planilha e o projeto arquitetônico;

23.2 **DUCHAS:** Duchas manuais com registro, linha aspen, ref 4896 c, da DECA ou similar, conforme planilha e o projeto arquitetônico;

23.3 **BANCADAS E LAVATÓRIOS:** Bancadas e lavatórios em granito, cor cinza, com cuba de embutir, mantendo o padrão existente, conforme planilha e o projeto arquitetônico;

23.4 **CHUVEIRO:** Todos os chuveiros serão elétricos, plástico, da Lorenzetti ou similar, conforme planilha e o projeto arquitetônico;

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:



Todos os materiais manufaturados, tais como: tubo pvc, tomadas, disjuntores, entre outros citados nesta especificação ou na planilha orçamentária desta obra/serviço poderão ser substituídos por produtos similares previamente submetidos à apreciação e aprovação da fiscalização.

A licitante deverá apresentar as composições de Encargos Sociais e do BDI – Bonificação e Despesas Indiretas, sob pena de desclassificação, observando-se que a composição do BDI proposto não poderá contemplar os tributos IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

Aracaju, 19 de julho de 2021.

**Otávio Henrique Alencar Façanha Andrade**

Engenheiro Civil  
CREA - 2715277709